

Diferentes histórias, *diferentes cidades*

A evolução social brasileira entre 1996 e 1999 não comporta apenas uma mas muitas histórias. O enredo de todas elas contém, pelo menos, três perguntas interessantes: a) Quem? — Em que extensão os pobres foram afetados pela crise?; b) O quê? — Como foi a reação na renda do trabalho vis-à-vis outras fontes alternativas; c) Onde? — Isto é, em que medida a crise afetou mais as áreas rurais ou as periferias metropolitanas? Este ensaio analisa o desempenho social brasileiro durante o período 1996-99.¹

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV
e professor da EPGE/FGV*

SE BUSCÁSSEMOS SINTETIZAR O DIA-A-DIA do debate social brasileiro contemporâneo numa única variável, esta seria, sem dúvida, a taxa de desemprego *metropolitana*. Defendemos aqui o uso de medidas alternativas de desempenho social. Em primeiro lugar, calculamos indicadores sociais em nível nacional a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Demonstramos a existência de uma alta dispersão geográfica das mudanças recentes do desemprego e de outros indicadores sociais ao longo do território brasileiro. Em segundo lugar, privilegiamos o uso de medidas de bem-estar social baseadas em renda domiciliar *per capita* do trabalho. Isto é, a soma das rendas do trabalho de todos os membros do domicílio dividida pelo número de membros.

A defesa que fazemos do uso deste último conceito se deve ao fato de resumir uma série de fatores operantes sobre o tra-

balho de todos os moradores do domicílio, como níveis de ocupação e de rendimento, auferidos de maneira formal ou informal. Além de um maior poder de síntese, essa estatística pode ser calculada com as mesmas pesquisas utilizadas para auferir, mensalmente, a taxa de desemprego. Outra vantagem deste conceito é a de permitir relações mais diretas com elementos da literatura de bem-estar social, como pobreza.

DIFERENTES HISTÓRIAS EM DIFERENTES CIDADES

A tabela 1 propicia uma análise mais detalhada do desempenho social por seis categorias de tamanho de cidade: área rural (até 20 mil habitantes); área urbana, subdividida em urbana pequena (20 mil a 50 mil habitantes), urbana média (de 50 mil a 200 mil habitantes) e urbana grande (mais de 200 mil habitantes até a população da região metropolitana), e área metropolitana, subdividida em núcleo (isto é, a capital) e periferia.

TAB. 1 – TAXA DE DESEMPREGO POR TAMANHO DE CIDADE (%)

	Taxa de desemprego		Taxa de variação anual	Contribuição para o desemprego
	1996	1999		
Total	6,9	9,8	12,5	100
Capital metropolitana	9,2	13,9	14,6	25,8
Periferia metropolitana	9,9	14,4	13,4	17,7
Urbana grande	8,4	12,4	14,2	24
Urbana média	7,3	9,5	9,3	14,9
Urbana pequena	6	7,5	7,9	10,8
Rural	2,2	3,2	13,2	6,8

Fonte: PNAD – IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

TAB. 2 – MAPA DO DESEMPREGO METROPOLITANO (%)

Região metropolitana	Taxa de desemprego		Taxa de variação anual	Contribuição para o desemprego
	1996	1999		
Salvador	14,7	19,4	9,6	3,7
Fortaleza	8,9	12,4	11,7	2,0
Distrito Federal	12,5	14,7	5,5	1,9
Belo Horizonte	8,2	14,4	20,5	3,9
Belém	10,9	16,7	15,4	1,0
Recife	11,0	14,5	9,5	2,7
Curitiba	6,1	11,1	22,5	1,9
Rio de Janeiro	8,5	11,5	10,6	7,4
Porto Alegre	8,6	10,1	5,3	2,3
São Paulo	9,6	15,7	17,8	17,9
Não-especificado	5,7	7,9	11,3	55,2

Fonte: PNAD – IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

TAB. 3 – INFORMALIDADE – POR TAMANHO DE CIDADE (%)

	Taxa de informalidade		Taxa de variação anual	Contrib. para informalidade (1999)
	1996	1999		
Total	41,5	42,5	0,8	100,0
Capital metropolitana	32,5	35,4	3,0	14,0
Periferia metropolitana	35,5	36,2	1,1	9,3
Urbana grande	36,4	37,5	1,0	15,7
Urbana média	39,8	39,9	0,1	14,2
Urbana pequena	43,2	43,9	0,5	15,1
Rural	55,3	54,8	-0,3	31,6

Fonte: PNAD – IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

Exploramos a evolução de medidas de desemprego, informalidade, renda do trabalho, renda de todas as fontes e pobreza.

DESEMPREGO

As maiores taxas de crescimento anuais do desemprego entre 1996 e 1999 são encontradas nas capitais metropolitanas (14,6%), nas periferias (13,4%) e nos centros urbanos não-metropolitanos de maior porte (14,2%). Os níveis das taxas de desemprego em 1999 também são mais altos nessas áreas (13,9%, 14,4% e 13,4%, respectivamente). Essas regiões constituíam, em 1999, 67,5% do contingente de desempregados brasileiros.

A tabela 2 apresenta as taxas de desemprego por região metropolitana. As taxas de desemprego, em 1999 e em todas as 10 regiões observadas, situa-se em nível de dois dígitos contra 7,9% do resto do país.

INFORMALIDADE

O problema do trabalho no Brasil não se restringe à quantidade de postos de trabalho disponíveis, mas deve incluir a qualidade dos postos de trabalho. Apresentamos, como medida alternativa do grau de precariedade do mercado de trabalho brasileiro, a taxa de informalidade calculada, computando a soma das parcelas de trabalhadores autônomos, dos empregados sem carteira e dos trabalhadores não-remunerados (os sem-pagamento).

A tabela 3 mostra que a evolução agregada da taxa de crescimento da informalidade situa-se em níveis bastante inferiores aos da taxa de desemprego (0,8% contra 12,5% ao ano). Entretanto, à semelhança do desemprego, a deterioração observada se concentra nos centros urbanos com mais de 200 mil habitantes. Nas localidades rurais e urbanas com menos de 200 mil habitantes, a taxa de informalidade fica, grosso modo, estável. Em 1999, essas regiões contribuíam com 60,9% da informalidade e apenas 32,4% do desemprego.

RENDA DO TRABALHO

A tabela 4 apresenta a evolução da renda domiciliar *per capita* do trabalho como medida síntese do desempenho do mercado de trabalho. A taxa de variação agregada é de -2,79% ao ano. Podemos resumir a dispersão regional dessa evolução em três níveis: a) quedas acentuadas: capital -4,66% e periferia -4,41%; b) quedas intermediárias: regiões urbanas médias -2,29% e pequenas -2,37% e c) estabilidade: urbana pequena 0,01% e rural 0,12%.

RENDA TOTAL

A análise baseada em renda domiciliar *per capita* de todas as fontes revela que alternativas como benefícios previdenciários, seguro-desemprego, aluguéis, juros etc., apresentaram desempenho superior em relação à renda do trabalho observada nas diversas categorias de tamanho de cidade (ver tabela 5).

POBREZA

Na tabela 6, a análise centrada na cauda inferior da distribuição de renda *per capita* de todas as fontes através da evolução da proporção de pobres revela uma alta heterogeneidade das mudanças da pobreza por tamanho de cidade: a) aumento nas localidades com mais de 200 mil habitantes, em particular nas capitais metropolitanas e b) queda nas demais localidades, em particular nas cidades médias.

CONCLUSÕES

O acompanhamento de estatísticas mensais de pesquisas de mercado de trabalho — como a PME do IBGE e a PED, da Fundação Seade, realizadas nas áreas metropolitanas — mostra uma forte deterioração na taxa de desemprego. E esses são, na verdade, os indicadores líderes, os que correm na frente. Antes da chegada da crise asiática, já se observava uma piora desses indicadores sociais e, está claro, nas pesquisas de trabalho. A surpresa é ver que isso não está tão evidente em indicadores sociais mais amplos, calculados a partir da recém-lançada Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios do IBGE, de 1999. A PNAD revela, nitidamente, que a grande piora de bem-estar social se deu nas grandes metrópoles e na renda do trabalho.

Analisamos o período marcado pelo efeito de crises de origem externa, compreendido entre outubro de 1996 e outubro de 1999, privilegiando o uso da taxa de desemprego a nível nacional. Cerca de 2,5 milhões de indivíduos foram adicionados ao contingente de 4,7 milhões de desempregados, observados em 1996. A taxa de desemprego sobe no período 1996-99 (12,5% ao ano).

Além de defender o uso de indicadores nacionais, o trabalho privilegia o uso de medidas alternativas de desempenho de mercado de trabalho e de bem-estar social. Em particular, baseadas em renda domiciliar *per capita*, por apresentar uma medida mais abrangente de desempenho social. Em termos de Brasil, como um todo, a renda domiciliar *per capita* caiu à taxa de 1,57% ao ano. Por outro lado, a análise centrada na cauda inferior, mediante a proporção de pobres, revela uma taxa de variação da pobreza agregada de -0,57% anual entre 1996 e 1999. Ou seja, a renda total do conjunto de pobres brasileiros foi preservada dos choques de origem externa.

A comparação das PNAD's de 1996 e de 1999, em todos os indicadores citados antes, revela alta heterogeneidade da trajetória de indicadores em nível nacional, como os relativos ao desemprego, renda do trabalho, renda de todas as fontes e pobreza. A análise revela, ainda, uma alta heterogeneidade na trajetória de cada um desses indicadores por tamanho de cidade. Os dados mostram que a crise está nas regiões mais ricas do país, afetando mais as camadas da sociedade que têm meios de subsistência mais adequados, enquanto a parcela marginalizada da população foi menos afetada.

A crise esteve muito localizada nas capitais e nas periferias metropolitanas onde as taxas anuais de crescimento do desem-

TAB. 4 – RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DO TRABALHO

	Renda do trabalho		Taxa de variação anual	Contribuição para a renda total (1999)
	1996	1999		
Total	195,80	179,87	-2,79	100,0
Capital metropolitana	328,89	284,99	-4,66	27,97
Periferia metropolitana	207,28	181,07	-4,41	12,35
Urbana grande	252,28	235,35	-2,29	24,61
Urbana média	191,44	178,15	-2,37	15,51
Urbana pequena	122,8	122,85	0,01	10,34
Rural	80,69	80,99	0,12	9,21

Fonte: PNAD – IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

TAB. 5 – RENDA DE TODAS AS FONTES – POR TAMANHO DE CIDADE (%)

	Renda per capita		Taxa de variação anual	Contribuição para a renda total (1999)
	1996	1999		
Total	240,23	230,47	-1,37	100,00
Metropolitana	414,96	376,46	-3,19	28,84
Periferia metropolitana	245,90	222,94	-3,22	11,87
Urbana grande	306,76	302,04	-0,52	24,65
Urbana média	232,29	226,69	-0,81	15,40
Urbana pequena	151,11	154,48	0,74	10,15
Rural	97,68	102,30	1,55	9,08

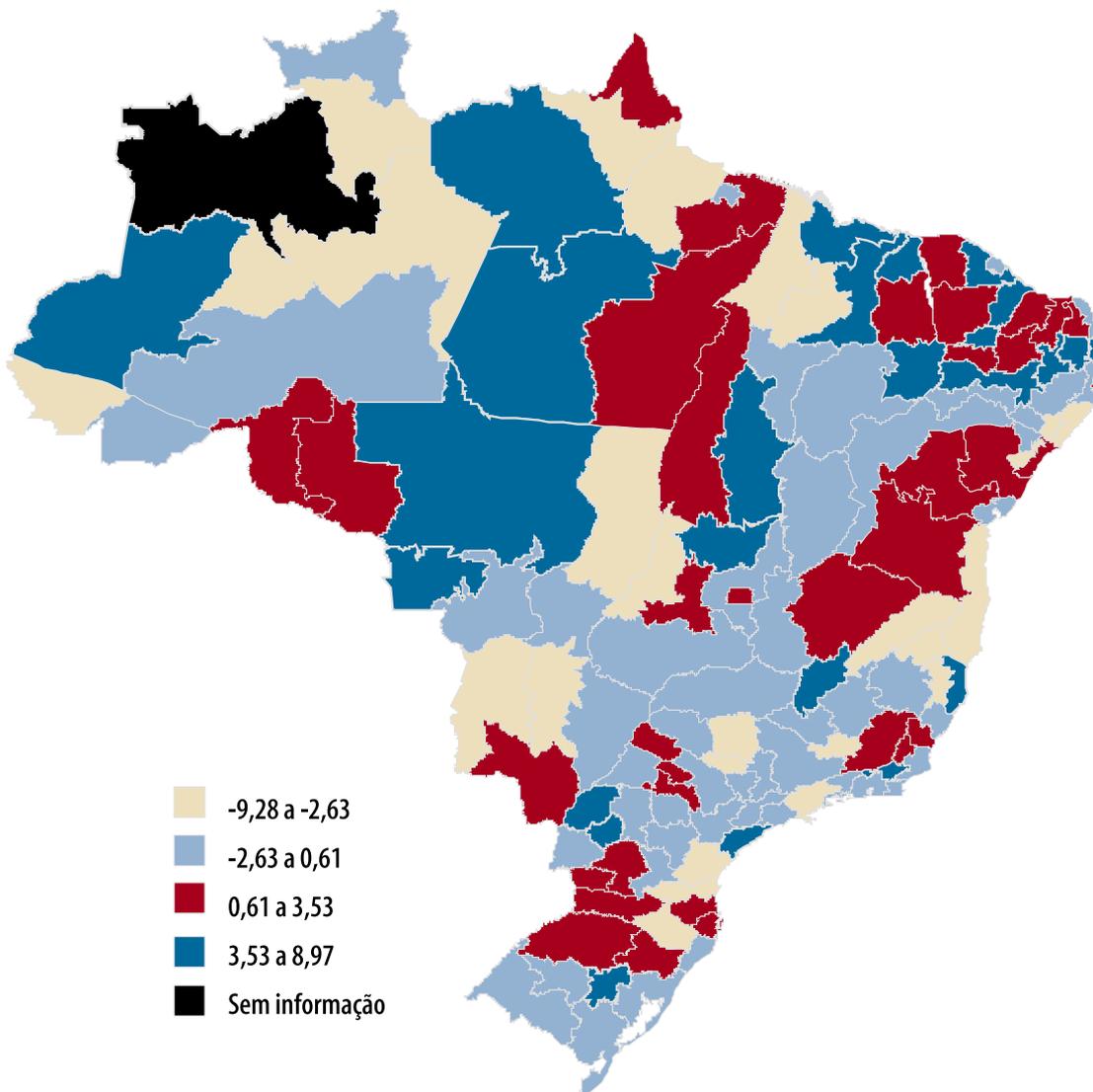
Fonte: PNAD – IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

TAB. 6 – POBREZA – POR TAMANHO DE CIDADE (%)

	Pobreza (PO)		Taxa de variação anual	Contribuição para a pobreza (1999)
	1996	1999		
Total	29,80	29,30	-0,57	100,00
Capital metropolitana	15,37	17,58	4,58	12,39
Periferia metropolitana	18,66	19,58	1,62	10,78
Urbana grande	17,43	17,99	1,07	13,89
Urbana média	25,55	22,94	-3,53	14,28
Urbana pequena	38,90	37,38	-1,32	18,43
Rural	56,64	54,54	-1,25	30,22

Fonte: PNAD – IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

VARIAÇÃO DA RENDA PER CAPITA TOTAL
96-97 A 98-99 EM TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAIS POR MESO-REGIÕES



Fonte: PNAD 96,97, 98 e 99/IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

prego entre 1996 e 1999 foram 14,6% e 13,4%, respectivamente. As áreas urbanas pequenas e rurais, que são as mais carentes, tiveram ganhos de renda e redução da pobreza. Então, é mais uma crise de desemprego, em particular, metropolitano e menos uma crise de fontes de renda alternativas ou áreas geográficas e, muito menos, uma crise de pobreza em nível nacional. ❏

Notas:

- 1) Este trabalho foi preparado para o Fórum Nacional Especial: Soluções para a Questão do Emprego, organizado por João Paulo dos Reis Velloso.
- 2) Neri, M., Coelho D., Pinto, A. e Ancora, M. "Aspectos Dinâmicos do Desemprego e da Posição na Ocupação" (Alexandre Pinto, Danilo Coelho e Milene Ancora). *Revista Estudos Econômicos*, V27, 1997.
- 3) Neri, M. e Ancora, M. "Atributos Dinâmicos do Desemprego: Uma Perspectiva Pós-Crise Asiática", *Desemprego em Economia Aberta*, organizado por Rosa Fontes e Marcelo Arbex, no prelo, 2000.